

04-11-2011 - Entrevista coletiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, após sessões de trabalho com o G20 - Cannes/França

Para a Presidenta, a reunião teve o mérito de colocar na ordem do dia a força do G20, no que se refere ao apoio, ao auxílio e à sustentação de políticas anticrise imediatas e de políticas que se dispõem a dar sustentação para o conjunto do sistema

Cannes-França, 04 de novembro de 2011

Presidenta: Alô, gente, tudo bom? Tudo bem, está todo mundo escutando, eu também. Eu só vou pedir para vocês consideração, porque eu tenho uma bilateral ainda, com a Turquia, agora a pouco. Bom, vocês querem uma apresentaçãozinha rapidinha? Então, eu vou falar sobre a posição do Brasil nessa reunião do G20.

Nós estávamos preocupados com a crise internacional, especialmente com o agravamento da crise na Zona do Euro e, nesse sentido, estávamos interessados em saber, a partir do momento em que aconteceu, antes do início da reunião do G20, a questão da Grécia, como é que se desdobraria. Aliás, eu acredito que todos os presentes estavam muito preocupados com isso. Na medida em que foi, eu diria, encaminhado o problema – nós não sabemos as condições em que foi resolvido, inteiramente, ou se já foi resolvido inteiramente, mas tudo indica que não vai haver o referendo – as coisas mais ou menos se acalmaram, e a discussão ocorreu.

O Brasil, considerando a necessidade premente de que houvesse a construção de barreiras para evitar o contágio dos países que são, apesar de serem países sólidos, são países que têm... eles são países solventes, mas sofrem de problemas de liquidez. Então, nós consideramos que, de fato, a construção de uma barreira de proteção era necessária, e, seguindo o que os próprios europeus propõem, eles colocaram o Banco Central Europeu, o Fundo de Estabilização e o Fundo Monetário.

No que se refere ao Fundo Monetário, a posição do Brasil foi clara: nós nos dispúnhamos a participar do aumento dos recursos do Fundo, através de ações bilaterais. Isso significava que o Fundo Monetário, que tem o papel de assegurar a proteção contra risco sistêmico de todos os países – aí não só da União Europeia – era importante que tivesse mais recursos. O Brasil se dispôs a participar, até porque esses recursos têm garantia do Fundo Monetário e, ao mesmo tempo, esses recursos têm uma característica que para nós é muito importante: eles usam reservas. Então, seria também uma forma de usar essas reservas. Não foi discutido no final, concretamente, como é que seria o processo. Deixaram para essa discussão ocorrer com os ministros da Fazenda, numa reunião que vai ocorrer em novembro. É dezembro? No início de dezembro. Essa proposta é uma proposta que, do nosso ponto de vista seria mais adequada porque não implicaria simplesmente numa garantia só restrita à União Europeia, mas seria uma garantia estendida a todos os países.

Nós sabemos que a crise afeta, também, os países emergentes. Através de vários mecanismos. Por exemplo: quando os países desenvolvidos utilizam expansão monetária

excessiva – o que acontece? –, e com os juros muito baixos, inflaciona, na medida em que não têm... eles não têm oportunidades de investimento ou de aplicações mais lucrativas, isso inflaciona os ativos e provoca até a especulação; através, também, da redução do comércio, na medida em que as economias se contraem; afeta, também, os países emergentes, principalmente aqueles que não detêm reservas volumosas como as do Brasil; afeta também através da fuga de capitais, fuga para a qualidade; enfim, afeta de várias maneiras. Por isso é que a gente considera que a ampliação do Fundo Monetário em um momento de crise, ela é muito importante para reduzir o risco sistêmico. Então, de uma certa forma, essa posição foi uma posição que eu acredito, de uma forma ou de outra, tinha o apoio de vários, de muitos dos países.

Quanto aos valores, como eu disse a vocês, não foram discutidos. Nós apresentamos também a proposta de utilização dos direitos especiais de saques, que também ficaram para ser discutidos em um segundo momento, em dezembro, como disse o Guido Mantega. Bom, além disso, eles serão, poderão ser, objeto de discussão novamente em fevereiro de 2012. Bom, o fato é que parece que os europeus precisavam também de mais tempo para concretizar as suas próprias medidas, tanto a ação do Banco Central europeu como (incompreensível), quanto como se dará aqueles três pontos que são: o resgate da dívida grega, o problema do Fundo de Estabilização e a recapitalização dos bancos – para precisar e definir suas próprias medidas.

Eu acredito que foi uma reunião que teve o mérito de colocar na ordem do dia, mais uma vez, a força do G20, no que se refere ao apoio, ao auxílio e à sustentação de políticas anticrise imediatas, de políticas – vamos dizer assim – que se dispõem a dar sustentação para o conjunto do sistema. Na verdade, uma das questões, também, que ainda nesse aspecto específico... Eu diria que o Fundo, que a reunião é um sucesso relativo porque houve, sem dúvida nenhuma, avanços. Estão claros os rumos que os líderes da União Europeia... estão claros esses rumos que eles estão definindo para si mesmos. Por outro lado, é importante destacar que nessa reunião final a Itália convidou o Fundo Monetário Internacional para fazer um monitoramento, uma avaliação trimestral da situação financeira do país, atestando, eu acho, os seus... as suas decisões de promover um processo maior de consolidação fiscal e financeira.

Bom, eu também gostaria de dizer que a reunião teve momentos que eu gostaria de destacar: primeiro, uma discussão muito enfática sobre a necessidade da... para, aliás, a recuperação da crise, a necessidade da retomada do crescimento. Houve assim uma espécie de consenso entre muitos dos países presentes, em que é muito difícil haver uma recuperação em relação à crise sem processo de retomada do crescimento. Até porque, os processos recessivos tornam não só os ajustes muito custosos, mas em alguns casos até inviáveis, na medida em que faltam os recursos necessários para o próprio saneamento. E na medida também, em que a recessão aumenta, inclusive, dependendo de como se dá, aumenta, inclusive, a proporção da dívida em relação às riquezas do país, ou em relação ao Produto Interno Bruto. Então, ficou claro que recuperar a estabilidade global era o nosso objetivo, o objetivo do G20, e que essa recuperação da estabilidade global, ela passava pela retomada do crescimento.

Nessa questão do crescimento, dois problemas são importantes e foram muito tratados pelo Brasil, que é a questão de uma rede de proteção social para que as consequências da crise não se façam sobre os mais vulneráveis, que não têm responsabilidade sobre ela, e nós apoiamos a proposta da OIT, da Organização Internacional do Trabalho, de criação de um piso básico de renda, como uma estruturação de uma rede de proteção para essas populações. Ao mesmo tempo, a questão do desemprego é uma questão extremamente preocupante. Não só porque o desemprego montará, segundo também a própria OIT, a 200 milhões de pessoas, mas também pelo fato de ele estar atingindo populações jovens, em que

os níveis de desemprego são maiores que a média. Isso vale tanto para os Estados Unidos, como para a União Europeia, quanto para vários países desenvolvidos e emergentes, ao contrário do que está ocorrendo no Brasil, que nós estamos trabalhando ali perto da faixa do pleno emprego. Mas, de qualquer jeito, essa é uma grande preocupação, na medida em que envolve, também, repercussões econômicas, sociais e também políticas para essas populações mais jovens. Acredita-se que vários países que têm taxas de desemprego menores que dois dígitos, quando se trata da população jovem, esses números chegam a perto de 18%, 19%. Sem sombra de dúvida, é isso que também coloca como absolutamente necessário que a questão da estabilidade se dê combinada com a questão da retomada do crescimento.

Uma outra questão importante foi a discussão sobre regulação financeira. Um acordo desde, eu acho que, as outras cúpulas a respeito da importância da regulação financeira, tanto no que se refere aos bancos, mas também no que se refere ao chamado sistema de *shadow banks*, quanto aos derivativos. Em várias áreas isso se manifesta de forma muito intensa. No caso, por exemplo, das *commodities*, pelo fato de que as operações financeiras, hoje, ultrapassam as operações reais. Daí porque uma das questões relativas ao aumento de preços das *commodities* pode também ser derivada do fato de que políticas fiscais, aliás, políticas monetárias expansionistas com juros baixos e dinheiro empossado é um grande incentivo para você operar em derivativos, principalmente na área de *commodities* alimentícias, minerais e petróleo.

Foi também muito discutida a questão da Rodada de Doha. A importância que a Rodada de Doha tem, tem sido reiterada em todos os G20s. Eu participei como assistente do G20 em Seul e, de lá, as posições no sentido da importância da Rodada de Doha e o reconhecimento de que há uma série de contradições que impedem que ela ande – aquelas contradições que todos nós sabemos que são as mesmas de antes. E o Brasil reiterou que considera importante essa questão da Rodada de Doha, mas também o Brasil definiu a importância que nós damos para o fato de que as questões de, vamos dizer assim, de competitividade e as questões relativas às relações comerciais, elas têm de ser estabilizadas também, porque nós sabemos o tanto que políticas que ou manipulam a taxa de câmbio, mas vamos ficar nisso, manipulam a taxa de câmbio. Essas políticas provocam desigualdades competitivas que não necessariamente emergem de produtividade, de eficiência ou de critérios objetivos. Então, foi reconhecido que era importante criar um ambiente de estabilidade cambial para que se pudesse, também – isso daí é posição do Brasil, viu, gente! – se pudesse também discutir a Rodada de Doha de uma forma muito efetiva. Mas, de qualquer jeito o Brasil sempre foi favorável à Rodada de Doha, foi um dos países que mais impulsionou.

Bom, outra questão importante foi no que se refere à mudança do clima, uma discussão, nós afirmamos a importância da segunda rodada do Protocolo de Quioto, e houve manifestações de que se os países desenvolvidos, se países estratégicos não assumirem a segunda Rodada de Doha a Europa não devia assumir. Em todo caso, o Brasil reiterou a sua adoção à questão do Protocolo de Quioto, considera fundamental que isso seja cumprido em Durban, no final deste ano, e considera, também, que os países desenvolvidos, junto com os países em desenvolvimento, têm de respeitar aquele princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. No que se refere a nós, nós assumimos as nossas responsabilidades diferenciadas, porém efetivas, talvez mais efetivas do que muitos países desenvolvidos, ao assumirmos o corte voluntário de 36 a 39% na emissão de gases de efeito estufa.

Aí tem uma questão que eu queria explicar para vocês: você sabe que patrocinam o Rio+20 o Brasil e a ONU e que houve, por parte de vários países um pleito para o Brasil, por dois motivos, para a gente mudar a data. O primeiro motivo é que nos dias – eu não sei precisamente se é o quatro ou o cinco ou o seis – nos dias do que nós estávamos prevendo a

Rio+20, é o dia de comemoração de 60 anos da coroação da rainha Elizabeth. Qual é o problema que isso acarreta? Acarreta o seguinte fato: os países da área do Common Health não iriam à Rio+20 porque coincidia a mesma data. Além disso, os países da Ásia pediram para que a gente fizesse coincidir e se aproximar também o G20. O próximo G20 é no México, nos dias 18 e 19 de junho. Então, a proposta que foi um consenso entre o Brasil e a ONU, entre eu e o Ban Ki-moon, é que nós propomos, e comunicamos ao Plenário a transferência, para permitir a ida das lideranças dos países do G20, da *Commonwealth* e da Ásia, e mudamos, portanto, o Rio+20 para o dia 20 à tarde, para permitir que as lideranças saiam do México e cheguem ao Brasil.

Bom, além disso, no que se refere à questão da Agricultura, foi muito enfatizada essa questão da volatilidade dos preços dos alimentos, e o Brasil, como sempre faz em todas essas reuniões, e como faz na prática também, sempre se dispôs a colaborar com os países da África, principalmente no caso da nossa expertise em agricultura tropical, através da Embrapa. E, inclusive, no relatório do Bill Gates, foi muito mencionado por ele essa nossa capacidade, essa nossa expertise nessa área, como também foi muito mencionado pelo pessoal da OIT toda a política do Brasil sem Miséria, a política do Bolsa Família, a de proteção ao trabalho em geral, ao infantil em particular. E é interessante, porque, no caso da Agricultura, o modelo de agricultura familiar, com a política de aquisição de alimentos e com o Pronaf, foi olhado como um caso de sucesso, de uma política de inclusão pelos mais pobres dos pobres, que é o pobre, o setor rural do mundo, e foi considerado que essa seria uma das melhores práticas, no que se refere ao que poderia ser adotado como referência.

Bom, eu acho que eu mais ou menos falei de tudo, além, óbvio, da reforma do sistema financeiro internacional, da reforma das outras instituições, do fato de que essas instituições têm de refletir na sua governança, têm de refletir, vamos dizer assim, a força que os países emergentes hoje representam no mundo, tanto no aspecto econômico quanto no aspecto social e político.

E, por último, foi o último tema tratado por nós, nós tratamos também do tema da corrupção, a importância do combate à corrupção, como uma forma de tornar os países, e as economias, e as sociedades mais democráticas, mais eficientes. Foi destacada a questão do *open*, do governo aberto, que nós participamos, em Nova Iorque, e que nós sediaremos em março do ano que vem. Também foram convidados os que adotam essa iniciativa. E, foi muito, assim, comemorado o fato de que vários países entraram e adotaram os princípios da questão do combate à corrupção, os princípios do G20, do Fundo Monetário, enfim. Não, não é do Fundo Monetário, me desculpem, é da OCDE, e do Banco Mundial.

_____ : A primeira pergunta, então, será do jornalista Marcos Uchoa, da TV Globo, seguido do jornalista Andrei Netto, do Estado de São Paulo.

Jornalista: Presidente, a senhora relatou aí as posições do Brasil, mas de uma maneira geral há um clima de que... uma certa decepção, até fracasso mesmo, em relação às expectativas desse G20. É claro que a crise obviamente ofuscou, em grande parte, todo o cardápio de coisas que ia se tratar, mas o que eu queria saber da senhora é: quando a senhora veio do Brasil, com os temas que eram mais caros para o Brasil e para a senhora, o que andou, o que andou pouco, o que para a senhora foi um pouco decepcionante, talvez, no que a senhora esperava tirar daqui?

Presidenta: Sabe, a gente se decepciona em função das expectativas que você tem. Eu não acredito que uma reunião, ela resolva os problemas do mundo. Eu acho que o G20 foi um sucesso relativo no sentido de que era impossível que esse G20 não tratasse da crise. Aliás, os G20, se você for olhar, eles sempre trataram da questão da crise e fizeram uma agenda ligada a essa questão porque entendiam, por exemplo, que era importante o crescimento e o

emprego. Então, os planos de ação dizem respeito ao crescimento e ao emprego como forma de assegurar um crescimento forte, sustentável e equilibrado. Esses são os princípios do G20. Então, eu acredito que uma das coisas importantes que aconteceram aqui foi manter essa característica. Agora, para mim é um sucesso relativo, não é um sucesso absoluto, mas é um sucesso relativo na medida em que eu acredito que os... principalmente os países da Zona do Euro deram um passo à frente no que se refere à forma de enfrentar a crise. Agora, eles vão ter de dar mais detalhes, detalhar mais seus planos, eles estão dizendo que no início de novembro eles apresentarão e eu, então, acredito que nesse sentido eu... é aquela história do copo, se está meio cheio, meio vazio. Se você achar, eu não acho que é um fracasso, eu acho que é um sucesso relativo.

Jornalista: Andrei Netto, do Estado de São Paulo. Presidente, a senhora, desde que chegou a Cannes, há três dias, teve reuniões bilaterais com Angela Merkel, com os Brics e com Barack Obama, entre outros. Nós não tivemos nenhum retorno a respeito dessas reuniões. Eu gostaria que a senhora fizesse um pequeno apanhado geral do que se pode tirar disso.

Presidenta: Tem outras, porque eu não tive reunião propriamente dita com o Barack Obama. Eu tive conversas, eu tive uma reunião com o Hu Jintao; depois eu tive uma reunião com os Brics; tive uma reunião com a Austrália, com a primeira-ministra Julia; tive uma reunião com a OIT; tive uma reunião com o pessoal do chamado... o pessoal das organizações sindicais internacionais, que é o pessoal do chamado L20; e tive, também, uma reunião com a Merkel hoje; e vou ter agora uma reunião com o primeiro-ministro Erdogan.

O cerne dessas reuniões, todas as lideranças de todos os países estavam preocupadas com a questão da crise da União Europeia, da zona do Euro, especificamente, até porque todos os países sofrem as consequências. Então, não podia deixar de ser diferente. Agora, nas bilaterais, sempre entra a questão da relação entre o Brasil – ah, tive também com Cingapura – o Brasil e o país específico.

Então, a pauta nossa, por exemplo, com o governo chinês foi um pauta que levava em consideração a nossa, vamos dizer assim, a nossa relação, primeiro, uma relação estratégica; segundo, uma relação que o Brasil quer que seja cada vez uma relação baseada na agregação de valor, em que pese *commodity* ser importante, queremos essa relação; e uma ênfase na nossa parceria em termos de Inovação, Ciência e Tecnologia: o satélite, toda a nossa política, também, que a gente está querendo mandar – aí é uma episódica, mas eu vou destacar – nós vamos mandar para a China também uma parte dos estudantes do Brasil sem Fronteira, até porque é em inglês o curso, naquela melhor universidade chinesa. Também discutimos todas as questões comerciais pendentes, e, obviamente, a importância dessa reunião: saiu a importância do Brasil e da China manterem relações sistemáticas de consulta.

Aí fomos para a reunião do G20. Na reunião do G20... Aliás, desculpa, dos Brics. Na reunião dos Brics, os Brics discutiram a questão da crise europeia. Os Brics, eu acho que nenhum deles foi... todos eles acharam que tinha de aumentar, se houvesse uma ajuda, se fosse necessário a ajuda, se... obviamente, os que são ajudados têm de querer. Se houvesse essa ajuda, seria feita via Fundo Monetário. Enfim, são discussões... Por exemplo, em Cingapura nós discutimos o problema de investimentos na área de logística, especialmente estaleiros.

Nas reuniões, assim, mais laterais: com os japoneses, discutimos o trem de alta velocidade... Quem mais que foi? Ah, com a OIT, foi essa questão que a OIT enfatizou muito, a importância que o Brasil tem na questão da política social, da política de proteção social, da política de valorização do trabalho. Até a nossa... a recente promulgação do Pronatec. Eles acompanham bem acompanhado.

E com o pessoal do movimento sindical, eu falei com a Presidente, e a Presidente trouxe representantes sindicais dos vários países, que, na medida... que relataram problemas específicos de cada país, a situação do mundo do trabalho, e muito preocupados com precarização do trabalho. Muito preocupados com isso, que se chama o pessoal que desiste de procurar trabalho, principalmente jovem que fica dentro da casa dos seus pais, e que isso está aumentando significativamente. E muito preocupados também com a perda... com o que pode conduzir a uma perda, do molde da perda que os gregos estão passando, por exemplo. Então, essa discussão social – eles tinham falado com várias lideranças europeias um dia antes – essa preocupação social das consequências sociais da crise, isso está muito forte nesses segmentos.

Com a primeira-ministra, com a chanceler Angela Merkel, nós discutimos a importância da relação do Brasil com a Alemanha; enfatizamos que vamos dar uma ênfase muito grande à questão da pequena e da média empresa no Ano Brasil-Alemanha 2013/2014; me comprometi a comparecer na Feira, na CeBIT, que é a feira de informação, até porque nós somos parceiros dessa feira, em março de 2012, discutimos essa questão da Feira; a importância dos investimentos alemães no Brasil, a nossa relação comercial. Enfim, eu estou tentando ser o máximo específica, mas, em geral, há muita, havia muita preocupação com a questão da crise europeia.

Jornalista: Presidente, boa tarde, Sérgio Utsch, do SBT. Eu queria voltar um pouquinho essa questão do FMI, embora a senhora tenha esclarecido já algumas coisas, eu queria saber o seguinte: o Brasil tem um teto de contribuição para o Fundo Monetário e a senhora falou de China, há pouco, me parece que não há um discurso muito parecido da China com o do Brasil. Os chineses conversaram diretamente, nos últimos dias, com os europeus, me parece que estão pensando em contribuir direto no Fundo de Estabilização... Essa é uma possibilidade também no Brasil? A senhora disse há pouco que os emergentes... havia mais ou menos uma concordância em contribuir direto para o Fundo Monetário Internacional, mas como é que fica essa questão da China? Esse discurso não me parece...

Presidenta: Olha, eu não tenho como te responder pela China, eu posso te responder pelo que a China disse para nós. A China disse para nós que preferiria contribuir, preferiria não, que contribuiria via FMI. Não nos disse, em nenhum momento, que contribuiria direto. Nem nós.

Jornalista: E o teto? Queria que a senhora falasse do teto, por gentileza, tem um teto de...

Presidenta: Não há um... Pelo menos que eu saiba, não há um teto. Não há uma definição de teto para ninguém, o que há é outra coisa, nós discutimos as cotas. Nós discutimos o fato de que a governança do FMI tem de refletir uma mudança na correlação de forças, que não é a mesma de Bretton Woods, que mudou. Então, isso tinha de estar expresso na governança. Com nós, com maiores cotas, e outros países com menores cotas e isso, não só nós, mas a China defende e acredito que reflete o mundo novo que estamos vivendo.

Jornalista: Obrigado.

Jornalista: Débora Berlinck, do Globo. Presidente, antes de tudo eu gostaria de transmitir uma queixa da imprensa brasileira: nós passamos três dias absolutamente no escuro sobre todos os seus encontros bilaterais, alguns deles importantes que eu gostaria que a senhora abordasse, especificamente com a China, que é o maior parceiro comercial do Brasil, uma das maiores economias do mundo. O seu ministro Guido Mantega tem falado reiteradamente em guerra cambial... Bom, o câmbio chinês assim como o *dumping* dos produtos chineses tem afetado a indústria brasileira, eu gostaria de saber que garantias a senhora recebeu do líder chinês, de que essa situação poderá mudar. Obrigada.

Presidenta: Olha, primeiro lamento, agora, a forma de organização aqui do G20 não é da minha responsabilidade. Quero dizer que nós passamos ontem, de manhã até o final da tarde, até o final da noite, porque teve reunião até na hora do jantar e hoje até agora, há pouco.

Bom, a gente não tem garantia nenhuma de nada, no mundo, não é? Se o mundo desse garantia para nós, a vida era fácil. Por isso que a gente tem de, em todos os atos, deixar claro que a questão do livre comércio passa também pela questão do câmbio. Agora, não tem como tirar essa garantia de ninguém não. Como os Estados Unidos não me dão garantia se vão ou não fazer outro *quantitative easing*. Porque, cada vez que ele faz um *quantitative easing*, meu câmbio... o dólar cai, minha moeda sobe. Então, a gente não... não existe essa forma de se relacionar. Obviamente, nós nos protegemos. Não é protecionismo, nós temos de nos proteger também, cada um faz o que pode. Agora, tem algumas medidas que nós nunca vamos controlar. Não vamos controlar a hora que eles resolvem despejar 800... A última vez foram 800 milhões? Bi? Trezentos? Quanto foi o último *quantitative easing*, o dois? Seiscentos bi? Eu não vou... não tem como controlar isso, não tem como controlar a política cambial chinesa. Nós achamos é que não... passamos o tempo inteiro dizendo isso: que tem isso, que não pode ser assim, que tem de mudar. E, hoje, isso meio que se internalizou; hoje, não somos só nós a falar isso. E, por exemplo, dentro da OMC, da Organização Mundial de Comércio, essa é uma questão que, quando se discute a relação entre os países, está claro que ela tem de ser considerada até – não estou falando que é igual, mas é como se fosse – uma proteção de qualquer outro tipo. Não deixa de ser, não é?

_____ : Bem, vamos para a última pergunta, da jornalista Isabel Versiani, da Agência Reuters.

Jornalista: Oi, Presidente. Por favor, eu queria só esclarecer, na pergunta anterior, se o Brasil descarta contribuir direto para o Fundo Europeu. E a minha pergunta de fato é a seguinte: é sobre a taxa financeira global. Ontem, a senhora comentou que o Brasil não se oporia a essa taxa. Se a senhora puder elaborar um pouco, dizendo se isso... essa taxa pode ter alguma implicação para o Brasil, a gente... quer dizer os bancos vão ter que pagar uma taxa maior a partir... se houver um acordo global em torno dessa taxa?

Presidenta: Bom... A primeira pergunta sua? Eu não tenho a menor intenção de fazer nenhuma contribuição direta para o Fundo de Estabilização Europeu. Por que eu não tenho? Porque nem eles têm. Por que eu teria? Eu faço a contribuição, até te asseguro, para o Fundo Monetário Internacional, com todas. Porque dinheiro brasileiro, de reserva, é dinheiro que você protege. Foi tirado com o suor do nosso povo. Então não pode ser usado de qualquer jeito. Por que a gente fala que aporta no Fundo Monetário? Não é, independente – ali está o Paulo – não é pelos belos olhos do Paulo; é, seguramente, pelo fato de que Fundo Monetário te dá garantias. E é uma aplicação (incompreensível), absolutamente garantida. Vocês estão assistindo toda a confusão que é para aumentar os recursos do Fundo de Estabilização. O Brasil não tem por que fazer isso. O Brasil tem um mecanismo, que é o mecanismo que rege as relações internacionais, via Fundo Monetário. Eu posso até divergir, muitas vezes, de que acho que o Fundo Monetário tem de monitorar a consolidação fiscal e fluxos financeiros; mas tem de assegurar também que, sem o mínimo de crescimento, os países também não saem da crise e não pagam suas dívidas. Eu posso até falar: “ó, teria de ter uma melhoria ali, naquela...”, mas ele é, sem dúvida nenhuma, uma garantia para o nosso dinheiro.

Outra pergunta? Bom, a taxa sobre operações financeiras proposta pelos europeus é uma taxa global. A discussão era se algum país... Porque tem países – principalmente aqueles onde a atividade financeira, o serviço financeiro é a fonte de recursos – que são contra. Nós

temos duas... uma taxa, aliás, o IOF, que é uma taxa sobre a operação financeira. O que nós não somos contra... nós não somos contra a taxação global. Se todos os países forem adotar uma taxa, o Brasil não é contra isso. Entendeu? Nós não somos contra, se todos os países adotarem uma taxa. Tem países que são contra, porque fazem das finanças o seu melhor negócio. A gente vende alimento, minério, petróleo, avião, nós vendemos uma porção de coisas. Tem país que não, só vende serviço financeiro, então eles são contra. Nós não. Se tiver uma taxa financeira global, o Brasil adota também, nós não somos contra.

Jornalista: (inaudível)

Presidenta: Não, aí depende de como é que ela vai ser, não é, não sou que decido; vai ter de ser em uma discussão global. Essa é uma proposta da Alemanha, da França e não sei mais de quais outros países da Europa. Mas quem verbaliza é o pessoal da União Europeia – alguns países, não todos, porque há divergência.

_____ : Ok. Muito obrigado a todos.

Presidenta: De nada.

ouça a íntegra da [entrevista \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-sessoes-de-trabalho-com-g-20-cannes-franca-37min38s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-sessoes-de-trabalho-com-g-20-cannes-franca-37min38s) (37min38s) da Presidenta Dilma